



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL

LEGISLAÇÃO
APROVADA* EM
CONSELHO DE
MINISTROS PELO
**VII GOVERNO
CONSTITUCIONAL**

* até 10 de abril de 2018



**SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

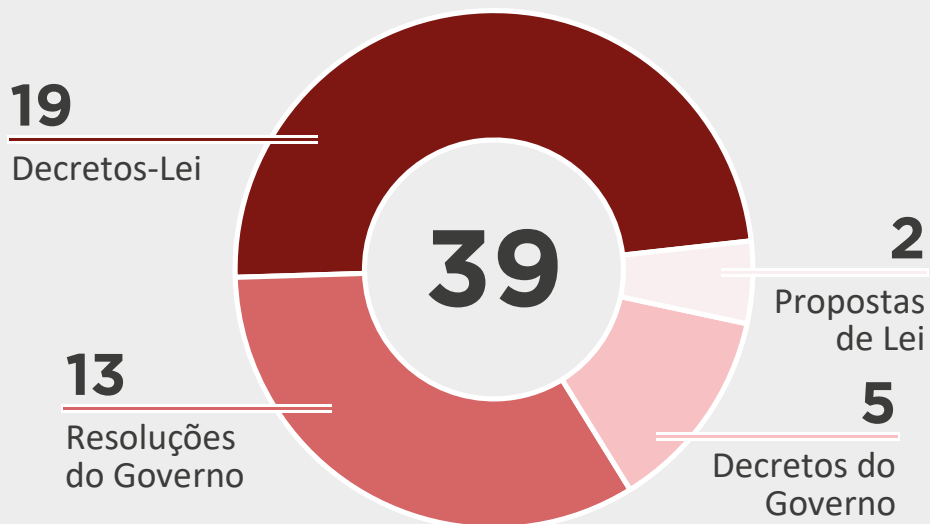
LEGISLAÇÃO
APROVADA* EM
CONSELHO DE
MINISTROS PELO
**VII GOVERNO
CONSTITUCIONAL**

* até 10 de abril de 2018



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Legislação aprovada* em Conselho de Ministros pelo VII Governo Constitucional



* até 10 de abril de 2018

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
39	Decreto-Lei que Estabelece o Registo Nacional de Navios de Timor-Leste	Estabelece as normas necessárias ao registo de navios timorenses, concedendo-lhes o privilégio de arvorar a bandeira de Timor-Leste, tendo em consideração a legislação nacional em vigor e as convenções internacionais de Direito do Mar ratificadas pela RDTL, garantindo a segurança e os requisitos técnicos necessários à sua navegabilidade.	Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional	4 de abril de 2018	A aguardar promulgação
38	Decreto-Lei sobre a Organização dos Serviços de Inspeção a Navios	Estabelece os mecanismos de prevenção de acidentes e sinistros marítimos, promovendo a segurança dos cidadãos que utilizam os transportes marítimos, das cargas transportadas, do ambiente marinho e a qualidade dos serviços prestados, seguindo as normas e os padrões internacionalmente reconhecidos.	Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional	4 de abril de 2018	A aguardar promulgação
37	Resolução do Governo relativa à Subvenção aos Candidatos da Eleição Presidencial de 2017	Define a subvenção a ser atribuída aos candidatos da Eleição Presidencial realizada em 2017.	Ministério do Plano e Finanças	4 de abril de 2018	Resolução do Governo n.º8/2018, de 4 de abril
36	Alteração à Resolução do Governo n.º42/2015, de 18 de novembro – Aprova a Lista de Topónimos para a Cidade de Díli	Visa alterar a designação toponímica da Rua Enfermeiro Matias, antiga Rua da Califórnia, no Suco Kulu Hun, para Rua da Resistência, tendo em consideração que a função toponímica de identificação, localização e orientação das edificações no território deve estar intrinsecamente ligada à sua função cultural.	Ministério da Administração Estatal	4 de abril de 2018	A aguardar publicação



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
35	Decreto-Lei Sobre o Estatuto da Empresa Murak-Rai Timor, S. A.	Aprovação do estatuto da empresa Murak-Rai Timor, S.A., com capital social totalmente estatal, que terá como objeto a realização de atividades mineiras, incluindo atividades de reconhecimento, pesquisa, avaliação, desenvolvimento, exploração e tratamento, processamento, refinação e comercialização de recursos minerais.	Ministério dos Recursos Naturais	28 de março de 2018	A aguardar promulgação
34	Decreto-Lei sobre Normas no Domínio da Segurança na Aviação Civil	Consagra normas no domínio da segurança, de forma a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita que ponham em causa a segurança da aviação civil, de acordo com o anexo 17 da Convenção de Chicago sobre aviação internacional.	Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional	28 de março de 2018	A aguardar promulgação
33	Decreto-Lei sobre a Organização e o Funcionamento da Comissão de Terras e Propriedades	Visa regular a Comissão de Terras e Propriedades (CTP), criada através do artigo 55º e seguintes da Lei n.º13/2017, de 5 de Julho, que aprovou o Regime Especial para a Definição da Titularidade dos Bens Imóveis. A CTP, enquanto pessoa coletiva de Direito Público, goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por missão apreciar e resolver os casos disputados no âmbito do processo de reconhecimento e atribuição dos direitos de propriedade.	Ministério da Justiça	20 de março de 2018	A aguardar promulgação

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
32	Resolução do Governo de Reforço de Coordenação e Recursos no Processo de Adesão à ASEAN	Designa o Ministro de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional, José Ramos-Horta, como Alto Representante do Governo de Timor-Leste para a liderança do processo de negociação regional, promovendo a defesa dos interesses nacionais e o reforço da posição de Timor-Leste na região e no mundo. O MNEC, através da Direção-Geral para os Assuntos da ASEAN, providenciará o apoio necessário ao Alto Representante, ficando responsável pela articulação e divulgação junto de todas as entidades governamentais e instituições públicas nacionais consideradas relevantes.	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	20 de março de 2018	A aguardar publicação
31	Resolução do Governo que Define os Termos e Condições Gerais do Contrato de Prospeção de Manganés entre a RDTL e a Peek Everest Mining, Lda.	Considerando que, por efeito da Resolução do Governo n.º2/2018, de 24 de janeiro, o Governo de Timor-Leste autorizou a Peek Everest Mining, Lda. a proceder à recolha, exportação e testes de amostras de manganés de depósitos localizados nas áreas de Nipane e Passabe na Região Administrativa Especial de Oé-cusse Ambeno, e tendo sido confirmada a existência de depósitos relevantes de manganésio nas referidas áreas, a ANPM apresentou a proposta de Resolução do Governo que define os termos e condições gerais do contrato de prospeção de manganés entre a RDTL e a Peek Everest Mining, Lda.	Ministério dos Recursos Naturais	20 de março de 2018	Resolução do Governo n.º7/2018, de 4 de abril



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
30	Resolução do Governo sobre a Subscrição Adicional pela RDTL de Ações Adicionais do BIRD – World Bank Group	O Governo resolveu aprovar a subscrição adicional de cento e cinquenta e nove ações (159) - callable shares - para o reforço institucional e concretização da missão do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.	Ministério do Plano e Finanças	14 de março de 2018	Resolução do Governo n.º6/2018, de 14 de março
29	Decreto-Lei sobre o Apoio às Entidades Empregadoras no Âmbito da Adesão ao Regime Contributivo da Segurança Social	Visa proteger as carreiras contributivas e os direitos dos trabalhadores, e simultaneamente apoiar e incentivar as entidades empregadoras nesta fase inicial de adesão ao regime. Este Decreto-Lei prevê que todas as entidades com mais de cem empregados possam regularizar a sua situação na segurança social até 30 de junho de 2018 e que as entidades com cem ou menos empregados o possam fazer até 30 de outubro de 2018, beneficiando de isenção de coimas e juros de mora.	Ministério da Solidariedade Social	5 de março de 2018	A aguardar publicação
28	Revogação do Decreto-Lei n.º37/2016, de 7 de setembro	Revogação do Decreto-Lei n.º37/2016, de 7 de setembro, que consagrou o regime transitório de provimento dos cargos de direção e de chefia das autoridades municipais e das administrações municipais durante a fase da desconcentração administrativa, instituindo a promoção automática na carreira, a extensão da comissão de serviço e o estabelecimento de um grau mínimo para exercer cargos de direção e chefia, à revelia do disposto no Estatuto da Função Pública em vigor e no Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho.	Ministério da Administração Estatal	5 de março de 2018	A aguardar publicação

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
27	Decreto-Lei com a Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, que Estabelece o Estatuto das Administrações Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização Administrativa	Esta alteração prevê a necessidade de autorização prévia por parte do Ministério da Administração Estatal para a celebração de contratos, nomeação de cargos para direção/chefia e exoneração de funções, visando simultaneamente estreitar as relações entre o Governo Central e as Administrações Municipais e as Autoridades Municipais, e promover os princípios de isenção e rigor na Administração Pública.	Ministério da Administração Estatal	5 de março de 2018	A aguardar publicação
26	Decreto do Governo que Altera o Decreto do Governo n.º19/2017, de 12 de maio, e o Decreto do Governo n.º 21/2017, de 17 de maio	As alterações apresentadas definem quais as entidades responsáveis para efeitos de inscrição e alteração de residência no processo de recenseamento eleitoral no ano de 2018 e os prazos de envio para o STAE da lista de reclusos, guardas prisionais de serviço no dia das eleições, de pessoal médico e de enfermagem em serviço, doentes e acompanhante de doentes.	Ministério da Administração Estatal	1 de março de 2018	Decreto do Governo n.º4/2018, de 7 de março



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
25	Decreto do Governo para a Atribuição de um Pagamento Suplementar aos Funcionários da Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P.	Prevê a atribuição de um pagamento suplementar aos funcionários da Imprensa Nacional de Timor-Leste, I. P. afetos à impressão de boletins de voto nas eleições parlamentares, que atendendo à necessidade de garantir o cumprimento do calendário eleitoral estabelecido e o período curto de tempo existente para a impressão dos boletins obriga a um trabalho contínuo, de 24 horas por dia, durante um período superior a três semanas, ultrapassando o limite de 40 horas mensais de trabalho extraordinário previsto na legislação nacional em vigor.	Presidência do Conselho de Ministros	1 de março de 2018	Decreto do Governo n.º5/2018, de 4 de abril
24	Decreto-Lei para a Atribuição de um Subsídio Extraordinário aos Membros dos Órgãos de Administração Eleitoral em Timor-Leste	Prevê a atribuição de um subsídio extraordinário aos membros dos Órgãos de Administração Eleitoral em Timor-Leste. O referido subsídio extraordinário é fixado por Decreto-Lei entre a data de publicação do Decreto do Presidente da República que convoca o ato eleitoral e a data de publicação dos respetivos resultados no Jornal da República.	Ministério da Administração Estatal e CNE	1 de março de 2018	A aguardar promulgação
23	Resolução do Governo relativa à Atualização do Recenseamento Eleitoral no Estrangeiro para a Eleição do Parlamento Nacional a Realizar-se em 2018	Visa assegurar às comissões recenseadoras o apoio necessário para o exercício das suas competências e promoção da inscrição dos cidadãos Timorenses na diáspora durante o recenseamento para as eleições antecipadas a realizarem-se no dia 12 de Maio de 2018.	Ministério da Administração Estatal	13 de fevereiro de 2018	Resolução do Governo n.º5/2018, de 21 de fevereiro

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
22	Primeira Alteração ao Decreto do Governo n.º1/2018, de 21 de fevereiro, sobre a Execução Orçamental em Regime Duodecimal	Primeira alteração ao Decreto do Governo n.º1/2018, de 21 de fevereiro, sobre a Execução Orçamental em Regime Duodecimal, permitindo alterações orçamentais entre as direções e as categorias orçamentais durante a execução em regime duodecimal, nos termos do artigo 38º da Lei n.º13/2009, de 21 de outubro.	Ministério do Plano e Finanças	13 de fevereiro de 2018	Decreto do Governo n.º3/2018, de 21 de fevereiro
21	Resolução do Governo relativa à Aquisição de Equipamentos e Materiais Eleitorais para as Eleições Legislativas de 2018	Tem como objetivo assegurar a organização e realização do processo eleitoral para o Parlamento Nacional através da aquisição de equipamentos e materiais eleitorais que assegurem o processo de receção de candidaturas dos partidos políticos, as atividades de formação dos oficiais eleitorais e a realização das operações de sufrágio ou escrutínio eleitoral.	Ministério da Administração Estatal	13 de fevereiro de 2018	Resolução do Governo n.º4/2018, de 21 de fevereiro
20	Decreto-Lei que Fixa o Valor da Subvenção a Conceder aos Partidos Políticos e às Coligações de Partidos Políticos para as Campanhas Eleitorais	Fixa o valor da subvenção a conceder aos partidos políticos e às coligações de partidos políticos para as campanhas eleitorais, sendo o cálculo do valor total da subvenção realizado em razão do número total de votos obtidos pelos partidos políticos conforme o acórdão judicial que validou a eleição, proclamando os resultados eleitorais.	Ministério da Administração Estatal	13 de fevereiro de 2018	Decreto-Lei n.º5/2018, de 14 de março



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
19	Decreto-Lei que cria o Instituto para a Qualidade de Timor-Leste	O Instituto para a Qualidade de Timor-Leste será um organismo nacional de qualificação, normalização e metrologia, tendo por missão implementar e gerir o sistema nacional de qualidade e outros sistemas de qualificação regulamentar que lhe forem conferidos por lei, apostando na qualidade enquanto factor determinante para a produtividade e competitividade de todos os agentes económicos e sociais em Timor-Leste.	Ministério do Comércio e Indústria	7 de fevereiro de 2018	A aguardar publicação
18	Decreto-Lei que Estabelece o Estatuto Orgânico do Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional	Visa definir a estrutura, os objetivos e as competências daquele órgão de consulta do Governo para assuntos relacionados com a defesa dos interesses dos veteranos e outros que respeitem aos Combatentes da Libertação Nacional, ao abrigo do Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional em vigor desde 2011.	Secretaria de Estado dos Veteranos	25 de janeiro de 2018	Decreto-Lei n.º7/2018, de 28 de março
17	Resolução do Governo que Nomeia o Novo Presidente do Conselho de Administração da RTTL, E. P.	Nomeia o Sr. Gil da Costa como Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Timor-Leste, Empresa Pública, por um período de quatro anos de mandato.	Secretaria de Estado do Conselho de Ministros e da Comunicação Social	25 de janeiro de 2018	Resolução do Governo n.º3/2018, de 31 de janeiro
16	Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º3/2015, de 14 de janeiro – Aprova o Currículo Nacional de Base da Educação Pré-Escolar	As alterações ao Decreto-lei n.º3/2015, de 14 de janeiro, surgem na senda das recomendações granjeadas pelo 3º Congresso Nacional de Educação, realizado em Timor-Leste, que assinalam a necessidade de elaboração e aprovação de uma política do uso das línguas oficiais em cada um dos níveis do sistema de ensino.	Ministério da Educação e Cultura	25 de janeiro de 2018	Decreto-Lei n.º3/2018, de 14 de março

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
15	Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º4/2015, de 14 de Janeiro – Aprova o Currículo Nacional de Base do Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico	Consagra os princípios orientadores, a organização e gestão do currículo nacional de base da educação pré-escolar e os métodos e critérios para a identificação das capacidades desenvolvidas através da sua implementação.	Ministério da Educação e Cultura	25 de janeiro de 2018	Decreto-Lei n.º4 /2018, de 14 de março
14	Resolução do Governo sobre as Regras Específicas de Licenciamento de Atividades de Exploração Mineira	Estabelece regras específicas de licenciamento de atividades de exploração mineira para a pesquisa, recolha e testes de amostras manganésio na Região Administrativa Especial de Oé-cusse Ambeno, procurando encontrar um equilíbrio entre a salvaguarda do interesse nacional na utilização de recursos naturais e a proteção da confiança dos investidores que apostam na exploração daqueles recursos.	Ministério dos Recursos Naturais e ANPM	17 de janeiro de 2018	Resolução do Governo n.º2/2018, de 24 de janeiro
13	Decreto do Governo com o Regulamento de Procedimentos do Investimento Privado	Consagra o novo regime de procedimentos do investimento privado na sequência da entrada em vigor da nova Lei do Investimento Privado, aprovada através da Lei n.º15/2017, de 23 de agosto, que veio simplificar e desburocratizar as regras para o investimento externo e nacional, de forma a promover o investimento privado.	Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional e TradeInvest	17 de janeiro de 2018	Decreto do Governo n.º 2/2018, 21 de fevereiro



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
12	Decreto do Governo sobre a Execução Orçamental em Regime Duodecimal	Regulando a Lei do Orçamento e Gestão Financeira em vigor, este diploma vem determinar o regime de execução orçamental dado que o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2018 não entrou em vigor no início do ano financeiro. Até à entrada em vigor do Orçamento Geral do Estado para 2018 é prorrogada a vigência das disposições constantes do Decreto do Governo sobre a execução orçamental para 2017, com as necessárias adaptações à atual estrutura orgânica do VII Governo Constitucional.	Ministro do Plano e Finanças	10 de janeiro de 2018	Decreto do Governo n.º1/2018, de 12 de janeiro
11	Resolução do Governo de Diferimento do Pagamento de Direitos Aduaneiros e Demais Imposições de Mercadorias Doadas ao Estado e Adquiridas pelo Estado	Encontram-se diversos contentores com mercadorias doadas e adquiridas pelo Estado de Timor-Leste durante os Governos anteriores, nomeadamente três com medicamentos, sobre os quais se exige que se proceda ao pagamento de direitos aduaneiros em dívida para seja possível o seu respetivo desalfandegamento. Atendendo a que o OGE de 2018 ainda não foi aprovado pelo Parlamento Nacional, tornou-se necessária a aprovação do diferimento do pagamento dos direitos aduaneiros até que o próximo OGE entre em vigor. O diferimento do pagamento dos direitos aduaneiros aqui previsto apenas produzirá efeitos até trinta (30) dias após a entrada em vigor do próximo OGE, data em que os ministérios terão obrigatoriamente que liquidar os montantes em dívida.	Ministério do Plano e Finanças	11 de janeiro de 2018	Resolução do Governo n.º1/2018, de 12 de janeiro

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
10	Resolução do Governo sobre o Pedido das Contribuições Sociais nos Meses de Outubro, Novembro e Dezembro e o Salário Suplementar aos Trabalhadores do Estado	Estipula o pagamento dos primeiros quatro meses de contribuição para a Segurança Social aos funcionários do Estado. A Lei do Regime Contributivo da Segurança Social entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2017, devendo a inscrição dos trabalhadores do Estado ser feita até 31 de outubro. O Conselho de Ministros decidiu fazer o pagamento dos 6% que a Lei atribui ao Estado para os meses de outubro a dezembro, incluindo o salário suplementar, bem como dos 4% que os trabalhadores do Estado deveriam ter pago. Este pagamento extraordinário assumido pelo Estado aplica-se apenas até ao mês de dezembro de 2017, altura em que a inscrição na Segurança Social deverá estar finalizada.	Ministério da Segurança Social	6 de dezembro de 2017	Resolução do Governo n.º52/2017, de 13 de dezembro
9	Resolução do Governo sobre o Regimento do Conselho de Ministros	O novo Regimento do Conselho de Ministros adota várias das recomendações do Relatório Especializado sobre o Processo Legislativo a Nível do Governo, elaborado pela Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça. Contém as regras essenciais do funcionamento do Conselho de Ministros, permitindo simultaneamente a sua adaptação permanente às especificidades de cada Governo, respetiva estrutura política e modelo de funcionamento.	Presidência do Conselho de Ministros	6 de dezembro de 2017	Resolução do Governo n.º51/2017, de 13 de dezembro



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
8	Decreto-Lei que Estabelece o Regime de Promoção do Pessoal das Carreiras da Administração Pública	É criado um regime de promoção nas carreiras da Administração Pública mediante um sistema de classificação por pontos, com novas condições e critérios. O objetivo é garantir que a promoção se aplique aos funcionários públicos que têm melhor desempenho e qualidade na prestação de serviços ao público, respeitando os limites do Orçamento Geral do Estado.	Ministério do Desenvolvimento e da Reforma Institucional e CFP	6 de dezembro de 2017	Decreto-Lei n.º1/2018, de 14 de janeiro
7	Terceira Alteração à Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira	Visa definir as regras aplicáveis em caso de não entrada em vigor da lei do Orçamento Geral do Estado (OGE), de maneira a garantir a cobrança de receitas para o financiamento do Estado. A Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira, de 2009, não prevê a cobrança de receitas nem o financiamento do Estado quando há atraso na entrada em vigor da lei do OGE. Com esta alteração garantem-se os recursos necessários para o pagamento de despesas que o Estado está autorizado ou é obrigado a fazer. Esta proposta, apresentada pelo Ministério das Finanças e aprovada pelo Conselho de Ministros, será enviada, em breve, para o Parlamento Nacional, para apreciação e aprovação.	Ministro do Plano e das Finanças	6 de dezembro de 2017	-----

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
6	Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2012, de 15 de fevereiro, Estatuto da Carreira Docente Universitária	Visa permitir uma correta distribuição do subsídio atribuído a cada categoria, de acordo com a sua hierarquia. A alteração agora aprovada vem cumprir o objetivo principal do subsídio: promover a qualidade da docência dos professores universitários, através do apoio à pesquisa e à investigação, alargando o acesso ao subsídio às categorias de não doutorados, uma vez que existem ainda poucos professores com aquele grau académico.	Ministério da Educação e Cultura	22 de novembro de 2018	Decreto-Lei n.º2/2018, de 24 de janeiro
5	Decreto-Lei que Aprova o Pagamento Extraordinário de um Mês de Salário Base ao Setor Público	O VII Governo Constitucional mantém uma política de preservação, valorização e reconhecimento dos recursos humanos ligados à Administração Pública. Neste sentido o Governo pretende, à semelhança de anos anteriores, efetuar um pagamento adicional de salário aos trabalhadores do Estado. Trata-se de uma medida equitativa de carácter excepcional.	Ministério do Plano e Finanças	15 de novembro de 2017	Decreto-Lei n.º36/2017, de 11 de dezembro
4	Decreto-Lei que Aprova o Pagamento Suplementar aos Funcionários Afetos ao Processo de Orçamento Retificativo de 2017 e Fecho de Contas do Estado de 2017	Aprova um pagamento suplementar aos funcionários do Ministério do Plano e Finanças afetos ao processo relativo ao Orçamento Retificativo para 2017 e ao fecho de contas do Estado de 2017, reconhecendo as horas extraordinárias efetuadas e a sua dedicação e mérito profissional.	Ministério do Plano e Finanças	15 de novembro de 2017	Decreto-Lei n.º30/2017, de 30 de novembro



SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nº	TÍTULO	CONTEÚDO	MINISTÉRIO	APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
3	Primeira Alteração à Lei n.º 13/2016, de 29 de dezembro, que Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2017	A primeira alteração à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2017 foi guiada por vários fatores. Desde logo, a nova política e a necessidade de responder à estrutura orgânica do VII Governo Constitucional. Ao mesmo tempo, a urgência de assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos, a par da intenção de melhorar a formulação e execução de políticas públicas e de fortalecer o plano de desenvolvimento a longo prazo. O objetivo de contenção de despesas do Executivo constituiu também uma pedra-angular desta proposta de alteração legislativa. Assim, o total estimado de receitas é de 1.874,400 milhões de dólares (mil oitocentos e setenta e quatro milhões e quatrocentos mil dólares americanos).	Ministério Plano e Finanças	8 de novembro de 2017	-----
2	Decreto-Lei que define a Orgânica do VII Governo Constitucional	Visa estabelecer uma nova estrutura orgânica governativa, crucial na concretização da agenda de transformação plasmada no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de forma a garantir que o Estado e a Administração Pública sejam eficientes, eficazes e orientados para resultados de qualidade.	Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros	8 de novembro de 2017	Decreto-Lei n.º35/2017, 21 de novembro
1	Resolução do Governo que nomeia dos Secretários Regionais Adjuntos da ARAEOA	O Governo procedeu à nomeação do Sr. Arsénio Paixão Bano para Secretário Regional Adjunto para Apoio à Coordenação da Área Social e Administração, e da Sr.ª Leónia Costa Monteiro para Secretária Regional Adjunta para Apoio à Área das Finanças e Desenvolvimento Económico.	Primeiro-Ministro e Ministro do Desenvolvimento	4 de outubro de 2018	Resolução do Governo n.º50/2017, 21 de novembro



**SECRETARIA DE ESTADO DO
CONSELHO DE MINISTROS E DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL**